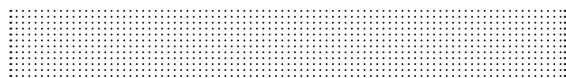




A Pobreza na Viragem do Milénio

A saga da restauração e enriquecimento dos ocidentais, que encontraram lideranças excepcionais para reconstruírem os países e as comunidades destruídas pela guerra civil de 1939-1945, apenas chamada mundial pelos efeitos, levou a uma situação que disputou as qualificações da sociedade da afluência, consumista, com recursos para todos os projectos, por vezes sem projectos para ter um destino útil dos recursos



POR ADRIANO MOREIRA

PRESIDENTE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL
DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Descrito como “astro meteórico das letras alemãs, figura de lenda dentro do próprio século, que hoje já ninguém sabe se está vivo ou morto, se é homem ou mulher, se velho ou moço”, George Fink publicou um livro, traduzido no Brasil em 1944, intitulado *Tenho Fome*, história dos bairros pobres de Berlim entre as duas guerras, e que, disse-o, “também poderia ser a de qualquer outra capital do mundo, onde os miseráveis de todas as idades lutam e sofrem humildemente”.

Entretanto, a saga da restauração e enriquecimento dos ocidentais, que encontraram lideranças excepcionais para reconstruírem os países e as comunidades destruídas pela guerra civil de 1939-1945, apenas chamada mundial pelos efeitos, levou a uma situação que disputou as qualificações da sociedade da afluência, consumista, com recursos para todos os projectos, por vezes sem projectos para ter um destino útil dos recursos.

Ao mesmo ritmo do avanço da ciência e da técnica garante de uma sociedade da informação e do saber, a indispensável sabedoria dos valores era crescentemente abandonada em favor de um globalismo orientado pelo preço das coisas, e não pelo valor das coisas, a coberto de um relativismo que hoje faz meditar, com angústia, no trajeto que Jacques Barzun chama “da alvorada à decadência do ocidente”, com os efeitos colaterais que deram existência à crise financeira e económica mundial a que nenhum povo escapa.



As qualificações de abundância e consumismo, ou unidimensionais segundo o aviso de Marcuse, com frequência são substituídos, no dizer de Barzun, para a época que vivemos, por expressões como época da incerteza, época da ciência, época do niilismo, época dos massacres, época das massas, época do globalismo, época das ditaduras, época da derrota, época das comunicações, época do homem comum, época do cinema e da democracia, época da criança, época da ansiedade, época da ira, época das expectativas absurdas. Toda esta semântica, por vezes com pretensões científicas, não apaga a previsão do desaparecido e não identificado George Fink, que termina a sua narrativa, com estas palavras: “quando eu morrer, haverá sempre um faminto maltrapilho e gelado que, numa esquina, quando passar sem vê-lo, sem ouvi-lo, murmurará pálido e trémulo. Escutais: - Tenho fome... Tenho fome”.

Quanto aos anos da abundância que, embora correndo a guerra fria, permitiram a Mao chamar ao Norte do globo, sem distinção entre Pacto de Varsóvia e NATO, a cidade planetária, identificada pela abundância, oposta ao sul dos povos de côr, dos povos colonizados, dos pobres, estudos, como os Relatórios anuais do PNUD, traçaram uma linha de fronteira da pobreza que identificou esse sul pobre ao sul do Mediterrâneo, seguindo ao redor da Terra.

Infelizmente a tremenda crise económica e financeira que engloba o mundo, e cuja culpa o Presidente Lula atribuiu a essa gente de olhos azuis do Norte, é de admitir que vai alterar a geografia que o PNUD chama de pobreza, e que o norte do Mediterrâneo fique abrangido. Para este facto parece ter contribuído em primeiro lugar um fenómeno político, que foi o ponto final posto no Império Euromundista pelas suas guerras interiores: o império que tinha obtido consagração na Conferência de Berlim de 1880, perdeu o domínio das matérias-primas, das energias não-renováveis, da reserva estratégica alimentar. A desordem da governança mundial fez com que, entre 2007 e 2008, o número de pessoas sofrendo de fome no mundo, tenha sido acrescentado de 140 milhões. Os Objectivos do Milénio, que a ONU adoptou por unanimidade no ano 2000, têm comprometidos todos os seus objectivos; anualmente, o Secretário-Geral não faz mais do que rezar a um Deus desconhecido para que os recursos milagrosamente apareçam, e, a partir de 2008, a FAO concluiu que 1 em 7 dos habitantes do Mundo sofre de fome, isto é, 963 milhões de pessoas. Segundo a publicação de 2010 de *L'Etat du Monde*, “ninguém ignora as causas deste drama: uma injustiça profunda na distribuição das riquezas, um monopólio das terras por uma minoria de grandes proprietários, uma especulação desenfreada, o desenvolvimento dos agrocarburentes e a forte subida do preço do petróleo, o que implica uma alta do preço dos transportes, repercutido sobre o preço dos alimentos vendidos”.

Se o direito à soberania alimentar parece uma exigência ética que pede a reposição em vigor do antigo conceito da reserva estratégica alimentar, por outro lado tem crescido o clamor contra o que se chama “a dívida, como pilhagem organizada”. São muitas as reuniões, designadamente do G-20, que se pronunciam sobre o facto de o peso da dívida da geografia da fome exceder o montante do capital recebido por empréstimo, mas os custos desse endividamento não amenizam, e o alargamento que referimos da expansão dessa geografia para territórios da antigamente chamada Cidade Planetária do Norte, em que Portugal está incluído, deve ser uma inquietação das dívidas

de soberania em crescimento de dimensão e de custos esmagadores das gerações. De facto, por muito que se invoquem os riscos de soberania, com expressão concreta na intervenção eventual do FMI, depois das orientações imperativas da Comissão Europeia onde não pontificam líderes que tenham sido excepcionais nos países de origem, de facto parece tratar-se antes de uma nova espécie de colonização, agora atingidos os que foram obrigados a demitir-se da função colonizadora. O recuo na política dos acordos de comércio livre (na OMC), de partenariatio económico, e de livre circulação, pode ter de defrontar-se com a reivindicação do direito de soberania alimentar que proteja as políticas agrícolas nacionais.

As explicações derivadas dos abusos dos subprimes, do abuso das inovações financeiras, da aivez dos actores financeiros, da reserva dos lucros por uma minoria de privilegiados, o que tudo se traduz num desfavor das ciências económicas, tudo implica uma perigosa deriva para a antidemocracia.

Em primeiro lugar das democracias ocidentais, que uma apressada teoria do fim da história anunciou como de modelo universal, e que estão afectadas no seu valor fundamental de base que é a confiança: a relação de confiança entre o eleitorado e os poderes políticos está profundamente abalada, a confiança da vida contratualizada dessa sociedade civil, entre os cidadãos, está ferida, a segurança da vida corrente está abalada, as grandes lideranças do passado não encontram equivalente, a falta de governança mundial é gritante. À medida que a ONU perde recursos e autoridade, de tal modo que os Objectivos do Milénio estão severamente comprometidos, grupos informais, sem cobertura legal, parecem querer assumir o poder de dirigir o globalismo. É o caso evidente do chamado G-20, que me parece mais um G – 2 (EUA – China) + 18, e pretende ser capaz de orientar o G – 192 mais conhecido por Assembleia Geral da ONU. Ao mesmo tempo que se aprofundou a crença de que os conflitos militares se resolveriam por um novo modelo de guerra chamada cirúrgica, esta crença está a ser contrariada pelo apelo ao realismo e ao fim da supremacia técnica, com demonstração no Iraque e no Afeganistão. Mas é mais multiplicador da pobreza em todos os seus aspectos, o miserável comércio das armas ligeiras para os países pobres, a mobilização dos milhares de crianças para o combate com o inevitável cortejo de mortos, mutilados, e desequilibrados para sempre, de que são apenas responsáveis os países mais ricos do Norte do mundo. Sobretudo a privatização da guerra, um fenómeno abominável coberto pela tecnicidade do chamado recurso ao outsourcing, alimenta genocídios em curso, fuga desordenada das populações, todas as formas de emergência da guerra primitiva e selvagem.

Estes factos somam-se às causas das migrações desreguladas que, no início deste século XXI, contam com 200 milhões de deslocados, uns 3% da população mundial. O Pacto Europeu para a emigração e asilo de 15 de Outubro de 2008, assim como a directiva do Parlamento Europeu de 17 de Junho de 2008, que os opositores chamaram “directive de la honte”, não evitaram as crescentes dificuldades da França, ou da Grécia, ou nossas, porque ao lado da sociedade civil, ligada pela história e pela natureza final de nação, crescem multidões não integradas, mobilizando laicos e crentes, moderados ou extremistas de esquerda, a favor dos direitos naturais de cada homem ir pelo mundo em busca de novo futuro, tal como previsto em textos internacionais.

Isto não significa que a nossa entrada no Milénio não teste-



munhe avanços consideráveis em vários domínios: melhorou enormemente a capacidade de lutar contra epidemias antigas, o ambiente consegue atenção crescente, o estatuto das mulheres melhorou consideravelmente, a perspectiva de vida aumentou, a escolaridade melhorou, o acesso à água é melhor, a democracia ganhou espaço. Mas os desafios são enormes, e o relativismo das nossas sociedades, a falta de interacção entre o globalismo das interdependências sem plano director, o consumismo que se iguala pelo domínio dos mercados, e as identidades que são ignoradas nas suas especificidades, tudo instala uma circunstância de imprevisibilidade, de desigualdade, de injustiça, que não permitiu realizar nenhuma das utopias do desenvolvimento sustentado, o outro nome da paz no dizer feliz de Paulo VI. O consumismo do Norte e a ambi-

nharem-se nas águas sagradas do Ganges, monges budistas a meditar... Neste preciso momento, milhares de fiéis procuram na religião uma paz e um consolo que só a fé lhes consegue trazer”. Olhar para o globalismo sem reparar neste facto, ou assinar o Tratado de Lisboa com esquecimento muito lembrado disto, não ajuda a combater a pobreza. Não o ignorou seguramente George Fink quando, depois de relatar a miséria da geração de entre as duas grandes guerra, recorda uma criança que lhe dizia que o seu projecto para grande era ser bom, embora ele próprio não tivessem dúvidas de que “haverá sempre um faminto maltrapilho e gelado”, que, numa esquina do mundo, dirá: Tenho fome. Fome de alimentação; fome de carinho; fome de solidariedade; fome de futuro; fome de liberdade; fome de paz e segurança”. Para quem, com razão, não confia



ADMITIR QUE A POBREZA AGRAVA AS QUESTÕES DA SAÚDE, QUE O CONTROLO JUSTO DA NATALIDADE É AFECTADO, QUE O AMBIENTE É MENOS RESPEITADO, QUE AS DESPESAS DE SEGURANÇA MILITAR OU CIVIL AUMENTAM, QUE AS MIGRAÇÕES DESCONTROLADAS SE AGRAVAM, TRANSFORMAM ESTES PROBLEMAS EM PROBLEMAS MUNDIAIS



ção do Sul para o igualar é um obstáculo a vencer: a Conferência da ONU de 1992 para o Ambiente e para o Desenvolvimento merece melhor atenção. Admitir que a pobreza por sua vez agrava as questões da saúde, que o controlo justo da natalidade é afectado, que o ambiente é menos respeitado, que as despesas de segurança militar ou civil aumentam, que as migrações descontroladas se agravam, transformam estes problemas em problemas mundiais.

O relativismo nas relações internacionais e nas relações internas, dificulta extremamente que um mundo melhor esteja assegurado. Por muito que esse relativismo seja fundamentalista contra as solidariedades religiosas, os factos parecem cada vez mais exigir reflexão. Um livro de Huston Smith, recentemente traduzido para português (*A Essência das Religiões*, Lua de Papel, Lisboa, 2008) anuncia-se deste modo: “no preciso momento em que ler estas linhas, um pouco por todo o mundo haverá cristãos ajoelhados em prece, judeus a recitar a Tora, muçulmanos a rezar voltados para Meca, hindus a ba-

na infalibilidade das estatísticas, quando ouvir este lamento pode estar seguro de que a pobreza o chama para intervir.

A fronteira da pobreza em Portugal¹

Há anos que os sinais da evolução do Estado português para a condição de Estado exíguo, isto é, com uma relação deficitária entre recursos e objectivos imperativos da governação, crescem de aviso e de significado. Nesta data, em que a invocação da soberania repetidamente aflora como defesa contra as consequências das debilidades, e para impedir a erosão da igual dignidade na comunidade internacional, a circunstância de que sem capacidades não existe real estatuto internacional igual, implica assumir o dever da solidariedade de todas as forças políticas para que, adoptando uma plataforma comum, reponham a confiança da população e tornem aceitáveis, com determinação, os sacrifícios exigíveis, remetendo para outro plano de intervenção constitucional a averiguação e imputa-





ção de culpas, de imprevisão, de falta de autenticidade, e de má governança. A restauração do valor da confiança na relação global do Estado com a sociedade civil continua a ser a maior exigência no sentido de conseguir a mobilização das vontades dos cidadãos para que não se agravem nem as carências nem os temores, estes piorados pelo diálogo tantas vezes mais descredibilizante dos adversários do que esclarecedor das circunstâncias. Não parece de ignorar que por todo o Ocidente, e portanto também pela Europa, a debilidade das lideranças é evidente e preocupante, que a sociedade civil europeia mostra em vários lugares a insatisfação, agravando os medos, por uma desobediência civil violadora de todas as regras do civismo responsável. Tardam a aparecer as vozes renovadoras e mobilizadoras das solidariedades e das esperanças que deram provas de capacidade quando a devastação da última guerra exigiu enfrentar um desastre sem comparação com a crise actual, vozes que não eram as dos responsáveis pelo cataclismo, era uma nova geração de cidadãos que não rejeitava os cargos políticos, as dificuldades, nem as definições de novos futuros. A questão do Estado social ameaça desenvolver-se ao contrário desta exigência, quando a sua principiologia é indicativa e não imperativa, vem na Carta dos Direitos Humanos e diplomas complementares da ONU, e está plasmada nos assumidos Objectivos do

A FRONTEIRA DA POBREZA, QUE, DURANTE O SÉCULO PASSADO, O PNUD DESENHAVA EXCLUINDO A CIDADE PLANETÁRIA DO NORTE, ABUNDANTE, AFLUENTE, E CONSUMISTA, ESTÁ A DESLOCAR-SE PARA O NORTE DO MEDITERRÂNEO

Milénio, dos quais a ONU não desiste embora lute pelos meios que escasseiam. Não pode exigir-se o seu desenvolvimento quando os meios, mas não a vontade, evidentemente faltam, mas renunciar aos princípios é como que deitar fora a esperança, sem a qual enfraquece a determinação cívica. A sociedade civil tem o dever e o poder de abrir caminho a uma nova geração de responsáveis, de mobilizar o civismo dos melhores para não recusarem os cargos políticos, e não ficar submetida a um dogma de enquadramento partidário inviolável que não vigora nos Estados parceiros da União. Porque, se a situação conhecida é grave, a prospectiva não é animadora de uma melhoria próxima, nem o futuro das próximas gerações lhes pode ser anunciado fácil. Mas sem a reposição da confiança na relação entre a sociedade civil e o Estado, em todas as vertentes da soberania e da administração autónoma ou não autónoma, é difícil que a decisão de os melhores ficarem não seja ultrapassada pela vontade crescente de partirem em busca de outro futuro e segurança. A regra de que o subdesenvolvimento tem a sua mais grave expressão no facto de a sociedade precisar do técnico, ter o técnico, e não ter emprego para o técnico, parece animar a emigração dos quadros. Numa circunstância em que a fronteira da pobreza, que, durante o século passado, o PNUD desenhava excluindo a cidade planetária do Norte, abundante, afluente, e consumista, está a deslocar-se para o Norte do Mediterrâneo, onde não abundam as vozes que assumam responsabilidades pelo desastre do globalismo económico e financeiro sem governança, e o aparecimento de responsáveis da nova geração, determinados, competentes, e desassombrados, que não esqueçam os imperativos do humanismo, tarda a verificar-se. A sociedade civil tem o dever de tentar abrir caminho a uma nova geração de responsáveis, que coloque um ponto final na decadência dos ocidentais. ::

NOTA ¹ Publicado no *Diário de Notícias*, em 26/10/2010